

RIO BRANCO E AS FÔRÇAS ARMADAS

Ten-Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS
Oficial de EM

A passagem do cinquentenário da morte do Barão do Rio Branco permitiu que se relembassem feitos e acontecimentos ligados à existência desse grande brasileiro.

Lemos e ouvimos, na imprensa escrita e falada, a rememoração de vários episódios históricos e a reconstituição de traços característicos da personalidade de nosso extraordinário Chanceler. Não lemos nem ouvimos, entretanto, comentário algum que pusesse em evidência uma linha marcante, permanente, na trajetória de Rio Branco — sua admiração pelas nossas Fôrças Armadas.

Realmente, nenhum historiador poderá separar da vida e obra do Barão do Rio Branco a presença constante das Fôrças Armadas.

Filho de militar, — pois o Visconde do Rio Branco, antes de ser notável diplomata e estadista, foi cadete da Escola Central, Oficial do Corpo de Engenheiros, professor de balística e lente de artilharia e fortificação na Escola Militar (Central) —, o menino José Maria acostumou-se a ver em casa e a respeitar a farda honrada do Exército do Império.

Habitou-se a ouvir de seu pai a história das Campanhas do Sul onde as armas brasileiras, nos tempos de sua meninice, lutavam contra a tirania dos Rosas, dos Oribes e dos Aguirres, na mesma época em que o Visconde desempenhava importante missão diplomática no Prata, em defesa de nossos direitos.

A Guerra do Paraguai o alcançou cursando a Faculdade de Direito de São Paulo. Em Recife, onde concluiu o último ano da Faculdade, já se manifesta nítida na alma de Rio Branco a sua inclinação para a História, particularmente para a História Militar. Aproveita o acadêmico José Maria o tempo que passa em terra pernambucana para revolver obras e arquivos em busca de dados sobre as lutas contra os holandeses. Era o futuro comentador da obra de Shneider — A Guerra da Triplíce Aliança — que começava a afinar a sua vocação de historiador, vocação que haveria de transformar-se na razão de seu grande êxito, como diplomata e como estadista.

Logo após a rendição de Assunção, lá estêve, ao lado de seu pai, o Visconde, assistindo a várias cerimônias e atos oficiais, e estreitando-se no contato e conhecimento com os nossos chefes e oficiais.

Preocupava-se o acadêmico Juca Paranhos com o fato de se desconhecer e se deturpar na Europa os nossos feitos militares no Paraguai. Fêz-se correspondente da revista francesa "L'Illustration" para a qual redigiu as notícias mais importantes sobre os episódios da campanha militar, ilustradas com desenhos e detalhes sobre a rendição de Uruguaiana ou a Batalha de Riachuelo.

O Duque de Caxias abriu para Rio Branco a porta da diplomacia. Sua primeira nomeação para o serviço exterior, Cônsul em Liverpool, perigava. Havia outros candidatos fortes. D. Pedro II viajara e a Princesa Isabel ficara na Regência. Apesar da proposta de Cotegipe, a favor de Rio Branco, a nossa Regente inclinava-se por outro postulante. Caxias, então Presidente do Conselho, influíu decisivamente junto à Princesa Isabel e arrancou a decisão favorável ao môço Paranhos.

Mas se foi Caxias quem lhe propiciou a entrada na diplomacia, outro militar, o Marechal Floriano Peixoto, colocou-o na meta da glória, entregando-lhe a missão de defender os interesses do Brasil no litígio das Missões.

A vitória da tese brasileira no caso das Missões, por decisão arbitral do Presidente Cleveland que se socorreu dos estudos eruditos e dos argumentos irrespondíveis apresentados pelo Barão do Rio Branco, projetou o nosso futuro Chanceler na constelação dos grandes brasileiros. Em seguida, vieram as questões do Amapá, Acre, Peru e Lagoa Mirim, consagradoras de sua genialidade diplomática, caracterizadoras de seu respeito pelos primados do direito e da justiça, comprovantes de sua plena preferência pelas soluções arbitrais, ou pela negociação direta como no caso acreano.

Muitos cultores de nossa história se têm dedicado a "dissecar" a personalidade de Rio Branco, para dela extrair as grandes lições de estadismo e de diplomacia. Esquecem-se, entretanto, quase sempre, de focalizar um dos aspectos marcantes de sensibilidade política dêsse extraordinário estadista — sua concepção global e realista dos problemas políticos internacionais.

A diplomacia vitoriosa de Rio Branco, exemplo de que o Itamarati é guardião e continuador, não se fundava apenas na apresentação de soberbas razões de direitos e incontestáveis provas de conhecimento histórico da matéria. Nem se fundamentava somente na sua capacidade de negociador e na inclinação para as soluções arbitrais — cuidava sempre, o grande Chanceler, ao lado das razões de ética, de sabedoria e de justiça, dos aspectos do prestígio nacional.

Sabia mais do que ninguém, o emérito diplomata, que em questões de política internacional, a força do direito, para exercer-se na sua plenitude, não dispensa o apoio do prestígio militar. Esta a lição da história das civilizações e dos povos, válida ontem, e muito mais presente no mundo de hoje. Por isto, por sentir o seu coração palpitar por um Brasil coeso e forte, o Barão destacou-se sempre como um admirador de nos-

sas fôrças militares. Teve amigos íntimos e devotados entre os chefes militares de sua época, entre os quais cumpre ressaltar Hermes da Fonseca, e Alexandrino de Alencar.

Figura atuante e prestigiosa nos quatro primeiros governos da República, o Chanceler mostrou uma admirável constância na defesa de nosso fortalecimento militar, através da modernização dos métodos de instrução e do reaparelhamento material do Exército e da Marinha.

Enfrentou, por certo, os agravos de uma propaganda medíocre e maldosa, que pretendia acoimá-lo de militarista. Não lhe fêz caso: usou sua influência junto ao govêrno para que fôsem comprados os encouraçados São Paulo e Minas Gerais; jogou o prestígio de suas amizades na Alemanha para que Guilherme II convidasse o General Hermes da Fonseca a visitar o exército imperial — esta visita, rompeu o dique da inércia e do atraso em que se arrastava o nosso Exército minado pelas tradições do positivismo. Desde a viagem de Hermes da Fonseca iniciou-se a circulação de uma crescente corrente renovadora alimentada pelos oficiais designados para escolas, cursos e comissões de compra de material bélico na Alemanha.

Mais tarde, quando o Marechal Hermes chegou a Ministro da Guerra, para o que muito influiu o grande apoio da amizade de Rio Branco, pôde culminar os seus propósitos de reestruturação e modernização do Exército, consubstanciados na admirável "Reorganização Hérmes da Fonseca", verdadeiro divisor entre duas épocas da existência de nossas fôrças de terra.

Teve o Barão grandes oportunidades de demonstrar o seu aprêço pelas nossas fôrças militares e, também, o quanto prezava a amizade de nossos generais e almirantes. Nenhuma delas, entretanto, custou-lhe tantos dissabores como, quando no aceso da luta política entre os partidários de Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, o Barão, amigo de ambos, tendo que se decidir, optou por ficar ao lado do Marechal. A verrina apaixonada dos adeptos de Rui Barbosa não o perdoou. Os politíqueiros e demolidores de todos os tempos, esquecidos dos incomparáveis serviços prestados por êle à Nação, passariam a taxá-lo de militarista. Faltava a êsses detratores visão ou sinceridade nessa crítica soez. Não podiam ou não queriam compreender que o gênio de nossa diplomacia, o estadista que acalentava a idéia de um Brasil grandioso, só alcançara as culminâncias do prestígio nacional e internacional porque fôra capaz de conceber a diplomacia e a política em têrmos globais e realísticos.

Respondendo àqueles que pretendiam minimizar-lhe o enorme prestígio já sólidamente assentado no país e no estrangeiro, o Barão, quatro meses antes de sua morte, por ocasião de uma grande homenagem que o Exército lhe prestou no Clube Militar, afirmou:

"Ser como fui desde a adolescência e a idade civil, um estudioso de nosso antigo passado militar; ter sido sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto di-

vulgador dos feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora, na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isto meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja militarista.

Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após 20 anos de descuido, tratarmos seriamente de organizar a defesa nacional.

Tôda a nossa vida como Estado Livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro, em perfeita consonância com a Unidade e a vontade da Nação.

Durante muito tempo fomos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos”.

Estas palavras cheias de patriotismo e de sinceridade do nosso maior Chanceler de todos os tempos, valem por uma lição de sabedoria, nem sempre fértil nos homens públicos responsáveis pelo destino deste imenso país, deste país subcontinente, engrandecido e dilatado pela inteligência objetiva e clara de um de seus maiores filhos: — José Maria da Silva Paranhos Júnior.

“Existem somente quatro potências no mundo, cuja posição relativa a espaço territorial poderá, provavelmente, capacitá-las a enfrentar os problemas do século presente. São elas os Estados Unidos, a URSS, a China e o Brasil.”

William Ziff

(No livro: “The gentlemen talk of peace”.)